

# MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS NA ÚLTIMA DÉCADA: O QUE DIZEM OS PRIMEIROS RESULTADOS DO CENSO 91

*Paulo de Martino Jannuzzi*<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Com a divulgação dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991 começa a se tornar possível a elaboração de análises mais abrangentes sobre as transformações demográficas da sociedade brasileira nos últimos 10 anos.

Embora já se tenha passado mais de dois anos da conclusão do levantamento de campo, até o presente momento, os únicos resultados do Censo 91 divulgados pelo IBGE são os quantitativos populacionais por município e Unidade da Federação, segundo local de residência (urbano/rural) e sexo. Para o país como um todo, há ainda indicações sobre a distribuição etária da população. É muito pouco frente a abrangência temática investigada no Censo. São mais de 50 itens de informação levantados nos questionários da amostra, cobrindo temas dos mais diversos: composição e conforto material do domicílio, estrutura etária, composição familiar, escolaridade e escolarização dos membros, naturalidade e procedência migratória, estado e passado conjugal, situação de emprego e rendimento, etc. Assim, face a este quadro, só é possível empreender com o Censo

---

1 Professor do Departamento de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FCECA/PUCCAMP). Doutorando em Demografia do IFCH/NEPO/UNICAMP.

91 uma análise preliminar das mudanças demográficas mais gerais do país, tais como a inflexão do volume anual de nascimentos, as mudanças na estrutura etária e composição familiar e o novo padrão de urbanização e distribuição espacial da população.

Depois de discorrer brevemente acerca destes processos, discutimos, ao final, alguns de seus desdobramentos sobre a formulação de políticas públicas e estratégias empresariais de Marketing.

## **2. A INFLEXÃO DO VOLUME ANUAL DE NASCIMENTOS**

Pelo que indicam os primeiros resultados do Censo 91, a população brasileira vivenciou significativas mudanças no seu ritmo de crescimento demográfico e na sua estrutura etária. Pela primeira vez em 50 anos, o volume de nascimentos começou a diminuir em termos absolutos.

Em termos relativos, a redução do ritmo de crescimento populacional remonta aos anos 60, quando a população passou a crescer a taxas geométricas anuais de 2,88% contra os 3,05% da década anterior, maior taxa de crescimento demográfico verificada no país durante o século 20. Essa alta taxa nos anos 50 resultou da diferença progressiva entre as taxas de natalidade e mortalidade desde o final do século passado<sup>2</sup>. Enquanto a natalidade apresentava um quadro de relativa estabilidade até final da década de 50, a mortalidade caía

---

2 Há 5 componentes na determinação da população num dado instante de tempo (P): a população no instante anterior ( $P_0$ ), os nascimentos no período (N), as mortes (M), as emigrações (E) e imigrações (I) de pessoas no período. Estas variáveis se combinam na equação:  $P = P_0 + N - M - E + I$ . A partir dos anos 40, a contribuição das imigrações internacionais para o crescimento demográfico brasileiro deixa de ser significativo, passando seu ritmo a ser determinado pela diferença entre as taxas de natalidade e mortalidade. A recente emigração de brasileiros para EUA e Japão é ainda um fenômeno pouco estudado em termos de volume.

de forma acentuada desde os anos 40, como consequência dos investimentos em saneamento básico, saúde pública, melhor controle de doenças infecciosas e da introdução de medicamentos recém-desenvolvidos (antibióticos, sulfaminas) no país (Patarra 1978, Martine e Camargo, 1984). Assim, no período de 1940 a 1960, a mortalidade caiu cerca de 55%, passando de 20,6 mortes por mil para 9,6 mortes por mil. A mortalidade infantil passou de 164 mortes por mil para 105 no período.

A partir da década de 60, a então estável natalidade começa a sentir os efeitos da queda da fecundidade das mulheres no país, especialmente na última metade da década. A taxa de fecundidade total<sup>3</sup> passou de pouco mais de 6 filhos por mulher no período de 1940-1960 para 4,35 em 1980, como reflexo da mudança sócio-econômica em curso (escolarização, urbanização, ingresso da mulher no mercado de trabalho, etc), da disseminação do uso dos meios anticoncepcionais, difusão de novos padrões de família e consumo (Merrick e Berquó, 1974) e aumento da prática de abortos induzidos. Estima-se que a taxa de fecundidade total tenha caído ainda mais durante a década passada, chegando aos 2,5 filhos por mulher em 1991 (Berquó, 1994).

O resultado prático desta queda acentuada da fecundidade na última década foi a redução do número de nascimentos. Note-se que, no período de 1960 a 1980, mesmo com a queda da fecundidade os incrementos anuais de população ainda eram crescentes, já que novas mulheres passavam a incorporar a população feminina em idade reprodutiva (de 15 a 49 anos). Na década de 80, esse

---

3 A taxa de fecundidade total é uma medida do nível reprodutivo da população e representa, uma estimativa do número médio de filhos nascidos vivos por mulher ao completar 50 anos, dados os níveis correntes de fecundidade por idade da mulher no período em questão.

contingente de mulheres continuou a crescer, passando de 30 milhões a 38 milhões de mulheres em 1991. A queda da fecundidade foi, no entanto, de tal forma intensa, que mesmo um número maior de mulheres em idade reprodutiva não foi suficiente para gerar o número de nascimentos do passado. Assim, enquanto que o saldo vegetativo (nascimentos menos mortes) anual médio na década de 70 era de 2 milhões e 596 mil pessoas, no período seguinte reduziu-se a 2 milhões e 536 mil, evidenciando uma quebra na tendência histórica de aumentos sucessivos desde os 40, como se pode observar na Tabela 1. Observe-se que, não fosse o aumento da esperança de vida ao nascer de 59 para 66 anos no período de 1980 a 1989 (Médici, 1990), os saldos vegetativos seriam ainda menores. Nos anos 90, com base nas estimativas prospectivas de crescimento populacional de Carvalho (1994), os saldos vegetativos anuais estariam sendo de 2 milhões e 350 mil pessoas.

**Tabela 1: Crescimento Populacional no Brasil de 1940 a 2000**

PERÍODO	Pop. início do período (mil hab.)	Taxa cresc. geom. anual	Inc. vegetativo médio anual (mil)
1940-1950	41.236	2,33%	1.070
1950-1960	51.944	3,05%	1.818
1960-1970	70.119	2,88%	2.302
1970-1980	93.139	2,49%	2.596
1980-1991	119.099	1,93%	2.536
1991-2000	146.917	1,60%	2.350

Fonte: Patarra (1978), Carvalho (1994) e Censos Demográficos

Se por um lado, a curto prazo, esta inflexão no ritmo de crescimento demográfico absoluto significa a incorporação de um número menor de crianças na população, fazendo com que a população brasileira não atinja, no ano 2000, os 212 milhões previstos nos anos 70, mas uma cifra 20 % menor (170 milhões), por outro, a longo prazo, significa também a convergência da população a um estado estacionário, com estrutura etária constante e crescimento nulo. Há, no entanto, ainda um bom tempo para isso. Na ausência de fluxos migratórios internacionais e sob certas suposições bastante plausíveis a respeito do comportamento da fecundidade e mortalidade nas próximas décadas, Carvalho (1993) sugere que a população brasileira se estacionaria abaixo de 250 milhões de pessoas, com taxas de crescimento insignificantes a partir de 2060.

### **3. A MUDANÇA NA ESTRUTURA ETÁRIA E COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

O Brasil é um país de crianças e jovens. Por enquanto. Desde o Censo de 1980, a estrutura etária da população brasileira começa a mostrar os efeitos da queda monotônica da fecundidade iniciada na segunda metade dos anos 60 (Bercovich e Vellozo, 1985). A população brasileira está envelhecendo, com a redução da representatividade dos grupos etários mais jovens em relação ao contingente total. Em 1970, os menores de 15 anos representavam 43% da população. Em 1991, este mesmo grupo passou a representar 35% da população. Em contrapartida, o peso relativo das pessoas de 65 anos ou mais passou de 3% para 5% no mesmo período (Tabela 2).

Na hipotética situação de "estacionaridade" da população brasileira em 2060 (Carvalho, 1993), a estrutura etária adquiriria um formato completamente diferente. As crianças e adolescentes de 0 a 14 anos

população vivendo em cidades com mais de 20 mil habitantes e cerca de 75% residindo em áreas consideradas oficialmente urbanas.<sup>4</sup>

Embora a urbanização tenha sido um fenômeno nacionalmente disseminado, com relativo desligamento do desenvolvimento da indústria local em muitas regiões do país (Patarra 1978), ela se processou com ritmos diferentes nas várias localidades e entre as classes de tamanho de cidades. Assim, no período de 1940 a 1980, a região Centro-Oeste apresentou as mais altas taxas de crescimento urbano do país, como consequência da construção de Brasília e a ocupação da fronteira agrícola. O Nordeste, neste período, apresentou as menores taxas (Martine et al., 1988). Em termos de classe de tamanho de cidades, neste mesmo período, a população urbana cresceu a taxas mais altas nos municípios médios, de 100 mil a 500 mil habitantes. Embora crescessem a taxas menores, os municípios grandes e as megápoles passaram a reunir, em 1980, quase um terço da população brasileira. Era a megalopolização de alguns centros urbanos.

Na última década, Martine (1992) aponta uma inflexão na tendência de megalopolização da população brasileira. Como consequência da crise dos 80 e da interiorização do desenvolvimento econômico, os movimentos migratórios em direção aos grandes centros se arrefeceram, dirigindo-se a cidades mais próximas e médias do interior do território nacional. Como constata o autor, "a concentração progressiva de população em cidades cada vez maiores, que parecia inexorável, foi revertida" (p.13). A metropolização iniciada na década de 40

---

4 Este alto grau de urbanização da população brasileira não tem ainda correspondência direta com as condições de urbanização nas cidades brasileiras, no sentido físico-urbanístico do termo. Ao mesmo tempo em que se tem a grande maioria da população atendida por serviços de abastecimento público de água tratada e fornecimento de energia elétrica, a universalização da rede de ligação de esgotos, coleta de lixo e outros serviços urbanos ainda continua uma situação distante da realidade.

em São Paulo e Rio de Janeiro estendida a outras capitais brasileiras nos anos 60, parece ter-se esgotado. De fato, a taxa de crescimento do conjunto das Regiões Metropolitanas no período 1980-1991 (1,88%) ficou, pela primeira vez desde 1950, abaixo da média nacional. Neste contexto São Paulo, Recife e Rio de Janeiro foram as metrópoles que menos cresceram. Em contrapartida, localidades situadas na fronteira amazônica, balneários, estâncias e vários municípios do interior paulista estão entre as cidades com maior crescimento demográfico. Deve-se acrescentar a este grupo municípios situados nas periferias das grandes cidades. Como se observa na tabela 3, os municípios pequenos ( com menos de 100 mil habitantes) passaram a deter parcela substancialmente maior que a das décadas passadas. A população residente em municípios com menos de 2 mil habitantes é uma parcela ínfima, representando cerca de 91 mil pessoas.

**Tabela 3: Urbanização e Megalopolização no Brasil 1940-1991**

ANO	Critério oficial	% População residente em municípios com			
		+ 2 mil	+ 20 mil	+ 100 mil	+ 500 mil hab
1940	31,2	25,2	16,0	13,4	7,7
1950	36,2	30,8	21,1	17,9	11,1
1960	44,7	40,4	28,8	24,3	16,2
1970	55,9	52,0	41,1	35,7	26,1
1980	67,6	64,8	53,6	47,1	31,5
1991	75,0	99,9	80,5	48,2	26,4

Fonte: Dados relativos a 1991: Resultados preliminares do Censo 91 (não publicados.), Pop em munic. 2 mil hab: Katzman (1986), demais informações: Martine (1992)

Essa desaceleração do crescimento populacional nas regiões densamente habitadas e o conseqüente aumento demográfico nas cidades menores já se podia notar a partir dos anos 60 (Katzmn, 1986). Na década passada, no entanto, o fenômeno parece ter-se generalizado, a ponto de se verificar uma relação inversa entre tamanho da localidade e ritmo de crescimento, pelo menos na Região Sudeste (Martine, 1992).

Com relação à distribuição espacial da população, os primeiros dados do Censo revelam a manutenção das tendências delineadas nas décadas passadas. Norte e Centro-Oeste continuam a aumentar sua participação no contingente populacional do país, como consequência da manutenção de taxas de fecundidade mais altas e, principalmente, pela manutenção do fluxo imigratório. As duas regiões cresceram a taxas superiores a 3% ao dobrando suas participações relativas de 1950. Em 1991, Norte e Centro-Oeste reuniam 7% e 6,5%, respectivamente, da população do país, cabendo ao Sul, Sudeste e Nordeste os percentuais de 15%, 42% e 29%. Embora só se possa ter um quadro mais claro das migrações internas com a publicação de outros dados do Censo, o baixo crescimento demográfico do Nordeste indica a persistência de seu status de pólo emigratório.

## **5. REPERCUSSÕES DAS MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO DE MARKETING**

As mudanças demográficas aqui apontadas – redução do número de nascimentos, envelhecimento populacional, urbanização intensa e declínio do ritmo de crescimento populacional dos grandes municípios – tem impactos importantes sobre a formulação de

políticas, seja na área pública, seja na área de marketing das empresas privadas.

As repercussões destes processos sobre as políticas sociais vêm sendo discutidas por vários autores (Martine e Camargo, 1984, Chahad, 1990, Martine, 1992, Carvalho, 1994). De modo geral, eles observam que a redução do crescimento populacional e a alteração da estrutura etária da população tendem a alterar a demanda por serviços públicos - especialmente na saúde, educação e previdência social. Um número menor de nascimentos alivia a pressão sobre serviços médicos de obstetrícia, ginecologia e pediatria; na educação, implica uma redução no volume de ingressantes nas creches e escolas. Por outro lado, o envelhecimento da população exige investimentos custosos para atendimento de doenças geriátricas e degenerativas e aumenta a demanda pelos serviços previdenciários e de equipamentos públicos de lazer e acomodação para a população idosa. Famílias menores, especialmente de baixa renda, poderiam significar maior conforto material e alimentar per capita. Altas taxas de urbanização facilitam a universalização dos serviços de saúde e educação, mas exigem investimentos crescentes e caros em infra-estrutura de saneamento, transporte, habitação e lazer. A diminuição do ritmo de crescimento dos grandes centros urbanos, se, se mantiver como fenômeno não meramente conjuntural, poderá desafogar a necessidade de expansão acelerada da oferta de serviços e equipamentos urbanos pelas administrações locais. Em contrapartida, os exigirá em ritmo mais intenso nas cidades pequenas e médias, onde os recursos orçamentários podem ser mais escassos e insuficientes para tais aportes de investimento.

É sedutor enxergar algumas destas mudanças como criadoras de condições mais favoráveis à superação de antigos problemas

brasileiros, como faz Carvalho (1994). Em uma perspectiva menos otimista, mas sem negar a "favorabilidade" intrínseca destas mudanças, é preciso reconhecer que a superação dos velhos problemas sociais no Brasil dependem, e muito, da repriorização política dos gastos públicos. Também não deve passar despercebido que as condições demográficas são mais "favoráveis" para alguns sub-grupos etários e regionais do que para outros. Embora o ritmo de crescimento populacional nos anos 90 seja cerca de 60% do que foi há 15/20 anos (1,60% aa pela tabela 1), a taxa de crescimento da PIA – população em idade ativa – ainda estará acima dos 2% ao ano<sup>5</sup>. Num contexto de progresso técnico poupador de mão-de-obra, esse fato impõe novas dificuldades para definição de uma Política de Pleno Emprego. De qualquer forma, haja vista a necessidade de racionalização cada vez maior dos recursos públicos e de efetividade real das políticas sociais, urge que os técnicos e políticos encarregados da definição de prioridades e da formulação de políticas públicas se apercebam destas mudanças e saibam como tirar vantagem das mesmas.

Com relação ao impacto das mudanças demográficas citadas e o planejamento estratégico em Marketing, podemos conjecturar alguns desdobramentos gerais. A redução do número de nascimentos significa, a grosso modo, que o mercado consumidor potencial está se expandindo a taxas mais baixas que no passado. Para algumas empresas no ramo de brinquedos, vestuário e alimentação infantil este fato é relevante para redefinição do âmbito de negócios e missão estratégica da empresa. A mudança na estrutura etária e o aumento da expectativa de vida da população transformam segmentos etários

---

5 Há uma defasagem temporal entre o início da queda da fecundidade e seu impacto sobre o ritmo de entrada de pessoas na força de trabalho.

de população adulta e idosa como públicos-alvo cada vez mais atraentes para uma série de produtos e serviços, novos ou não. Neste contexto, viagens, esportes, bens de consumo durável, seguros de vida, planos de saúde e de aposentadoria, clínicas geriátricas passariam a ser demandados com mais intensidade. Famílias menores requerem apartamentos, mobiliário e eletrodomésticos mais compactos. A redistribuição espacial da população e o crescimento das cidades pequenas e médias devem provocar mudanças nos esquemas de comercialização e distribuição de produtos. Algumas praças podem se tornar atraentes para instalação de filiais ou novos negócios, outras necessitarão de periodicidade maior de abastecimento. Uma população concentrada em centros urbanos facilita a implementação de estratégias de divulgação de produtos, podendo levar a uma nova configuração do composto promocional (com menos TV, mais outdoor, jornal e rádio).

Enfim, são variados e intensos os impactos das mudanças apontadas sobre as políticas públicas e as estratégias de marketing. Em um caso e em outro, uma análise mais acurada demandaria a disponibilidade de informações a respeito dos fenômenos demográficos por classe sócio-econômica, estrato ocupacional, estágio no ciclo de vida familiar, etc. Mudanças sócio-econômicas e culturais também não poderiam deixar de serem abordadas.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BERCOVICH, A. e VELLOZO, H. (1985) *Notas sobre aparentes contradições na estrutura por idade e sexo no Censo Demográfico de 1980*, in Rev. Brasileira Estatística, 46(181/182),p.53-121,jan-jun.

- BERQUÓ, ELZA et al. (1990) *Arranjos familiares não-canônicos no Brasil* in Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, vol 1, p.55-98, São Paulo, ABEP.
- BERQUO, ELZA (1994) *Uma queda (cirúrgica) na fecundidade* in Encarte Especial da Rev. Imprensa ano VII n.76, p. 16-20, janeiro
- CAMARANO, A.A. e BELTRÃO, K.I. (1990) *Dinâmica Demográfica por nível de renda*. Relatório Técnico n.08/90, RJ. ENCE/IBGE.
- CARVALHO, J.A.M. (1993) *Crescimento Populacional e Estrutura Demográfica no Brasil*, CEDEPLAR/UFMG, mimeo.
- CARVALHO, J.A.M. (1994) *Um Brasil mais velho e mais estável* in Encarte Especial da Rev. Imprensa ano VII n.76, p. 4-11, janeiro
- CHAHAD, J.P.C. (1990) *População, Força de Trabalho e Desemprego no Brasil: 1960-1989* in Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, vol. 2, p.51-82. São Paulo, ABEP.
- FARIA, VILMAR (1984) *Desenvolvimento, Urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos*, in SORJ, B. et all (org) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense.
- IBGE.(1991) *Síntese dos Indicadores Básicos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE (1993) *Anuário Estatístico do Brasil 1992*. RJ, IBGE.
- KATZMAN, M. (1986) *Urbanização no Brasil a partir de 1945*, in BACHA, E. e KLEIN, H. (orgs.) *A Transição Incompleta: Brasil desde 1945*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARTINE, G. e CAMARGO, L. (1984) *Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes*, in: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* v.1 n.1/2 jan/dez, p.99-144.

- MARTINE, G. ET AL. (1988) *A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas*, in: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Olinda, ABEP.
- MARTINE, G. (1992) *Processos Recentes de Concentração e Desconcentração Urbana no Brasil: Determinantes e Implicações*. Documento de Trabalho 11, Brasília, Instituto SPN.
- MÉDICI, A.C. (1991) *Sem Régua Nem Compasso*. Relatório Técnico 06/91, Rio de Janeiro, ENCE/IBGE.
- MERRICK, T. e BERQUÓ, E. (1983) *The Determinants of Brazil's Recent Rapid Decline in Fertility*. Washington, NAS.
- PATARRA, NEIDE (1978) *Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil: o período pós-30*, in: Fausto, Boris(org), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol.4, SP, Difel.
- PATARRA, NEIDE et al. (1991) *Demografia*. Documento de Trabalho/QS 11, São Paulo, FUNDAP.
- SOUTO-MAIOR, H.P. (1990) *Família no Nordeste. 1970 - 1987*, in: Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, vol.1, p.161-184, São Paulo, ABEP.